



SUSTENTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: Um estudo com secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE

SUSTAINABILITY IN PUBLIC ADMINISTRATION: A study with secretaries of the Municipality of Salgueiro-PE

Vinicius Menezes Barros de Sá

Pós-graduando pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF)
Av. José de Sá Maniçoba, S/N- Centro.
56304-917 – Petrolina/PE, Brasil
E-mail: vinicius_menezes_@hotmail.com

Francisco Ricardo Duarte

Doutor em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Av. José de Sá Maniçoba, S/N- Centro.
56304-917 – Petrolina/PE, Brasil
E-mail: frduarte0@gmail.com

RESUMO

O presente trabalho traz uma análise da Sustentabilidade como um dos pilares da Gestão Pública através do equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os secretários do município de Salgueiro-PE, buscando evidenciar de que maneira o município trabalha às questões que envolvem a Sustentabilidade e sua relação com a sociedade. Constatou-se que a cidade salgueirense necessita buscar modelos de gestão que se alinhem com a promoção da preservação do meio ambiente de forma transparente e democrática e ao mesmo tempo estimule o empresariado local a fazer o mesmo.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Gestão pública; Salgueiro-PE.

ABSTRACT

The present work presents an analysis of Sustainability as one of the pillars of Public Management through the balance between economic development and preservation of the environment. Semi-structured interviews were conducted with the secretaries of the municipality of Salgueiro-PE, seeking to show how the municipality works on issues involving Sustainability and its relationship with society. It was found that the Salgueiro city needs to seek management models that align with the promotion of the preservation of the environment in a transparent and democratic way and at the same time stimulate the local business to do the same.

Keywords: Sustainability; Public administration; Salgueiro-PE.

Recebido em 14.06.2018. Publicado em 26.12.2018



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

1. Introdução

A Administração Pública pode ser entendida como o máximo poder de Gestão que o Estado possui. Goes (2010) identifica a definição da expressão “Gestão Pública” como àquela que está voltada a administração da coisa pública podendo tanto ser administrada por pessoas de Direito Público, como também de Direito Privado (através de concessões ou parcerias público-privado).

Destarte, conforme Coutinho (2000) o modelo de Gestão Pública foi inspirado na gestão de empresas privadas, consolidando-se na diferença de que se é defendido o interesse público em primeiro plano. Sendo assim, primeiramente é dada prioridade às necessidades da população e seus interesses para que assim sejam tomadas as decisões. A Gestão Pública apresenta grande importância para a população, pois é ela quem determina os caminhos a serem seguidos para assim fazer com que, por exemplo, um município possa crescer e se desenvolver (GOES; MORALES, 2013).

Atualmente é perceptível que o grande desafio para a Administração Pública está em desenvolver novos modelos de gestão, onde suas missões e objetivos estejam alinhados às responsabilidades em promover à preservação do meio ambiente (MUNCK; SOUZA, 2009). Neste viés, surge o termo Sustentabilidade, que conforme Goes e Morales (2013) quando aplicada à Administração Pública, a Sustentabilidade deve ser vista como um tripé que necessariamente precisa ser mantida de forma articulada e integrada pelos pilares: econômico, social e ambiental.

Conforme Barral e Ferreira (2006), o modelo político brasileiro se apresenta na forma de Federação, cujos entes, União, Estados, Municípios e Distrito Federal desempenham cada um, na forma fixada em Constituição, as suas funções e ações. Todos os entes são, de maneira individual ou conjunta, responsáveis pela aplicação das políticas que venham a disponibilizar ao cidadão um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de acordo com o que prevê os preceitos do art. 225 da Carta Magna.

O município pode ser considerado como a unidade governamental que pode propiciar de fato a participação dos cidadãos na monitoração e participação da gestão ambiental local em conjunto com o poder público para principalmente contribuir na elaboração de diretrizes e uma política de proteção ao meio ambiente com Sustentabilidade, neste viés surge a problemática de se identificar instrumentos de políticas públicas que possam ser utilizados no desenvolvimento municipal sustentável e que agreguem valor à gestão local (HAYASHI; SILVA, 2015).

Goes e Morales (2013) ampliam esta discussão ao atentar para as profundas mudanças sociais e econômicas que são ocasionadas pelas políticas locais, nacionais e mundiais. As cidades precisam ser analisadas de maneira que despertem práticas de Sustentabilidade, visto que é um consenso que o desenvolvimento de ações de Sustentabilidade seja trabalhado cada vez mais em níveis grupais menores, ou seja, as cidades ganham uma relevância antes não imaginada para a inclusão no mundo de práticas sustentáveis diárias.

O presente estudo tem como objetivo analisar aspectos relacionados à gestão de políticas públicas desenvolvidas pelas secretarias do município de Salgueiro-PE frente às demandas sustentáveis impostas pela sociedade.

2. Metodologia

2.1 Local de Estudo

O estado de Pernambuco está localizado no centro-leste da região Nordeste e ocupa uma área de 98.148,323 km² (IBGE, 2010). Entre os municípios que compõe o estado, encontra-se Salgueiro (Latitude - 8° 04' 27", Longitude - 39° 07' 09"), com uma área de 1.686,814 Km² localizado na mesorregião do Sertão Central. Dista 518 km da capital Recife (IBGE, 2010).

Salgueiro apresenta como principal atividade econômica a agricultura e o comércio varejista e, nos últimos anos, foi possível acompanhar a chegada de diversas obras estruturantes, como a Ferrovia Transnordestina e o Projeto de Integração do Rio São Francisco que implicaram em uma maior movimentação na economia e impactos também no meio ambiente. Possui uma posição geográfica privilegiada, pois tem fácil acesso as principais capitais nordestinas e desta maneira pode ser considerada como de ótima localização para empreendimentos de distribuição e logística.

A Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE possui um total de 11 (onze) secretarias: Secretaria de Administração; Cultura e Esportes; Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia; Desenvolvimento Rural; Desenvolvimento Social; Desenvolvimento Urbano e Obras; Educação; Finanças; Planejamento e Meio Ambiente; Saúde e Serviços Públicos.

2.2 Coleta e Análise de dados

O presente artigo é um estudo de caso com os secretários municipais da cidade de Salgueiro-PE, sendo assim foi utilizado como instrumento de pesquisa entrevistas semiestruturadas elaboradas a partir de técnicas descritivas e exploratórias. As pesquisas descritivas têm como principal objetivo a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 1999).

Todos os secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE foram entrevistados, totalizando 11 amostras. Os dados foram coletados no mês de maio de 2018 e as entrevistas foram realizadas individualmente em horários diferentes (CHAVES; FABRIS, 2017).

O formulário utilizado nas entrevistas abordou perguntas específicas sobre a Sustentabilidade na Gestão Pública municipal, por meio do qual se verificou o conhecimento que os secretários tinham sobre a sustentabilidade e se obras estruturadoras como a Ferrovia Transnordestina e o Projeto de Integração do Rio São Francisco modificaram as relações entre o governo local, sociedade e meio ambiente (SANTOS, 2015). Foi abordada também a participação da prefeitura nas ações de promoção ao desenvolvimento sustentável local, se empresas com práticas sustentáveis recebem algum benefício por parte da prefeitura e qual desafio à gestão local enfrenta ou enfrentará para a busca de um meio ambiente equilibrado.

Posteriormente, os dados extraídos das entrevistas foram trabalhados no programa Microsoft Office Excel 2010, sendo utilizada a função gráfica deste aplicativo para a projeção dos dados.

3. Resultados e Discussão

Foi questionado aos secretários entrevistados o entendimento sobre o conceito de Sustentabilidade, onde 45,5% afirmaram conhecer e compreender o termo em sua integralidade, 36,4% conhecem parcialmente e apenas 18,1% não conhecem o termo. Neste mesmo sentido, Maia e Pires (2011) afirmam que a compreensão e a aplicação das dimensões e dos critérios da Sustentabilidade tendem a garantir que os gestores, sejam eles públicos ou privados, tomem decisões sustentáveis nas organizações onde atuam.

Sustentabilidade Na Administração Pública: Um Estudo com Secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE

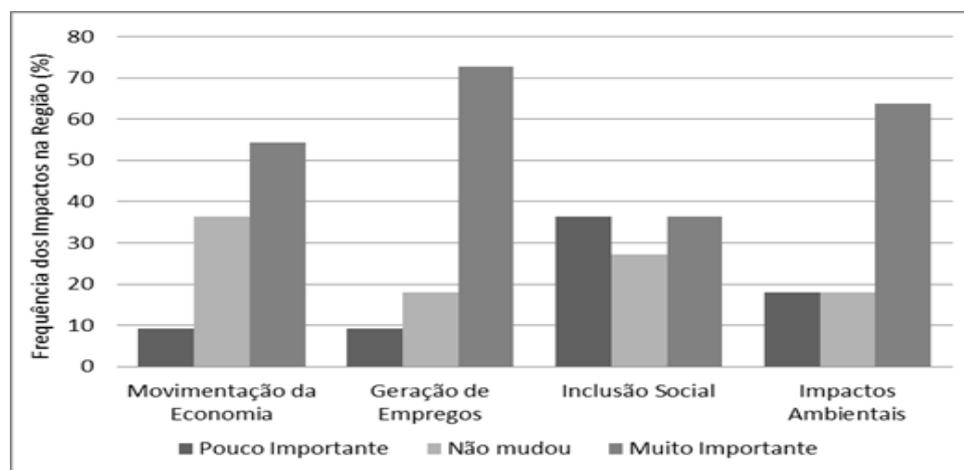
Em relação aos três pilares que formam a definição de Sustentabilidade (ambiental, econômico e social), 72,7% destacou que o pilar ambiental é considerado o mais importante, seguido do social com 27,3%. Para Elkington (1994), que fora o criador do termo *Triple Bottom Line*, a Sustentabilidade ocorre quando há o equilíbrio entre os três pilares: ambiental, econômico e social. Há a expectativa de que as empresas atentem-se com a necessidade de contribuir progressivamente com a Sustentabilidade e reconheçam que isto pode ocorrer à medida que os negócios se deem em mercados mais estáveis e aperfeiçoados por habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento que permitam a transição rumo ao desenvolvimento sustentável (ELKINGTON, 2001).

Quando questionados sobre a exigência da sociedade no que diz respeito a temáticas como responsabilidade socioambiental, todos os secretários indicaram que a comunidade está bem mais exigente que outrora. Conforme Nascimento (2000), o grande desafio da gestão municipal está na visão estratégica do equilíbrio entre o ajuste do crescimento urbano à demanda social por serviços públicos e a fomentação de uma consciência de corresponsabilidade da questão ambiental por parte da sociedade.

Nesse contexto, o aumento das pressões de todos os setores pelo desenvolvimento de uma gestão sustentável começa a despertar um interesse por parte dos administradores públicos por alternativas que orientem suas ações no âmbito municipal. Dessa forma, a empresa que aspira ser sustentável precisa estabelecer um diálogo que permita um equilíbrio entre a organização e seus públicos para aprimorar a compreensão e construir relacionamentos de benefícios mútuos (CRUZ; POTIENS, 2012).

Em seguida os secretários foram questionados se obras como a Ferrovia Transnordestina e o Projeto de Integração do Rio São Francisco modificaram as relações entre o governo local, sociedade e meio ambiente. Sendo assim, todos os entrevistados afirmaram que as obras em questão modificaram diversos aspectos conjunturais na cidade Salgueiro-PE. Em seguida buscou-se também avaliar os impactos acarretados por estas obras, tais como movimentação da economia, geração de empregos, inclusão social e impactos ambientais, para isso os secretários entrevistados classificaram os impactos acima citados como pouco importante (quando não provocou grandes mudanças locais), não mudou (para aquele que não provocou alterações) e muito importante (quando provocaram grandes alterações) na economia, geração de empregos, inclusão social e meio ambiente (Figura 1).

Figura 1 – Graus de importância de impactos provocados pela Ferrovia Transnordestina e o Projeto de Integração do Rio São Francisco na cidade de Salgueiro-PE.



Fonte: Elaborado pelo autor.

Sustentabilidade Na Administração Pública: Um Estudo com Secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE

Com o recebimento de grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e um projeto desenvolvimentista nacional, a cidade de Salgueiro-PE viveu seus dias mais prósperos. A construção da ferrovia - maior obra linear do Brasil, a partir do ano de 2006, e o Eixo Norte da Transposição, iniciada em 2007, animara o mercado de trabalho trazendo consigo profissionais dos mais diversos estados e movimentando a economia local. Hoje, porém, as obras encontram-se interrompidas e por consequência diminuiu a empregabilidade e renda dos moradores salgueirenses (CORREIA, 2018).

Os secretários também foram questionados sobre o conhecimento que tinham em relação às normas que integram a família ISO 14000. Fora verificado que 63,6% dos entrevistados não conheciam o tema questionado. Dessa forma, o resultado apresentado não corrobora com Nascimento (2000) onde afirma em seu estudo que o conhecimento da ISO 14000 é de suma importância para a Administração Pública municipal, pois possibilita aperfeiçoar os serviços prestados à sociedade, uma vez que a ISO 14000 visa estabelecer diretrizes para implantação de sistemas de gestão ambiental nas mais diversas atividades econômicas que possam gerar impactos ao meio ambiente.

Sendo assim, o gerenciamento a partir de um viés responsável com o meio ambiente passa pelos selos ambientais que fazem parte das normas da família ISO 14000, estes selos podem ser determinantes na identificação de ações benéficas por parte das empresas, tais como biodegradabilidade, retornabilidade, uso de material reciclado, eficiência energética e outros (BARBIERI, 2007).

Os secretários então tiveram que abordar na questão seguinte se o trato que as instituições dão à Sustentabilidade precisaria passar pela criatividade e todos responderam que “sim” corroborando com Candido; Delpino e Manolescu (2008) que trazem a ideia da necessidade de órgãos e agentes públicos possuírem políticas eficazes que envolvam empresas e população para que ideias transformadoras tornem-se ações efetivas, trazendo desenvolvimento para as regiões. Criar soluções inovadoras e desenvolver a economia criativa pode ser a grande ferramenta para que os países rumem ao desenvolvimento sustentável.

A sustentabilidade está na base de estratégias focadas para o desenvolvimento local, regional e nacional concentradas na economia criativa, isto implica em dizer que para se trazer maior transparência aos processos sociais, compreender a complexidade da cultura, entender o conceito de desenvolvimento sob um ótica cultural, político e socioeconômico e engajar o setor privado como promotor de responsabilidade social e ambiental e parceiro no desenvolvimento de produtos e serviços e na consecução de programas sustentáveis é necessário que se invista em economia criativa (REIS, 2006).

Em relação à percepção que os entrevistados tinham sobre a Sustentabilidade como um caminho que não tem mais volta, verificou-se que 72,7% entendem que sim. A Sustentabilidade é algo que realmente veio para ficar. Rogers (2010) avalia que da mesma forma que aconteceu com a qualidade, a Sustentabilidade tende a ser considerada como parte integral dos negócios nos próximos anos. A Sustentabilidade deverá se tornar também uma parte crítica de cada empresa e de cada cadeia de fornecimento. Dessa forma, irá surgir a necessidade de inclusão dos aspectos sustentáveis dentro de uma abordagem estratégica para que seja difundida em toda a corporação.

Já no que diz respeito à relação do Poder Público Municipal e a Sustentabilidade, os secretários consideraram 45,5% como ótimo, 45,5% como bom e 9% como razoável a participação da prefeitura nas ações de promoção ao desenvolvimento sustentável.

Alguns dos secretários entrevistados trouxeram a informação de que há o licenciamento ambiental na cidade e que este torna possível a disseminação de ações mais sustentáveis por parte de empresas e sociedade. Além disso, foi informado que existe um Fundo Municipal de

Sustentabilidade Na Administração Pública: Um Estudo com Secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE

Meio Ambiente que arrecadara, por exemplo, com a cobrança de taxas ambientais de empreendimento, um total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nos últimos 12 meses.

A administração por fundos tem sido indicada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), como um instrumento de auxílio à gestão, pois assegura aspectos importantes como: transparência e eficiência no uso dos recursos públicos por parte dos municípios. Além disso, funções como a de planejamento, programação e execução de investimentos públicos são melhoradas e facilitam a captação até mesmo de outros recursos. (NETTO, 1994).

A questão da política ambiental precisa ser avaliada de acordo com a sua visão e atuação. Quando a aplicação de políticas ambientais ocorre de forma isolada, de modo geral, entra em conflito com interesses econômicos, pois estes estão basicamente fundamentados na exploração de recursos naturais, considerados de baixo custo. O que facilmente se percebe é que a população vem sendo conscientizada por uma mídia ecológica cada vez mais influente e cabendo assim ao poder público buscar soluções de problemas antes postos em segundo plano (TACHIZAWA, 2011).

A entrevista prosseguiu com o questionamento aos secretários sobre a relação entre as empresas com práticas sustentáveis e a prefeitura municipal, onde 72,7% responderam que há benefícios para àquelas empresas que possuem atividades sustentáveis dentro da cidade de Salgueiro-PE.

O estado de Pernambuco, por exemplo, concede incentivos fiscais para estimular que empresas privadas adotem uma política econômica e produtiva mais sustentável através da lei denominada de PE-Sustentável (Lei N° 14.666/12). Para que uma empresa seja beneficiada pela lei em questão, é necessário basicamente que o consumo de energia se dê por fontes renováveis em patamar mínimo relevante ao total de energia elétrica da empresa interessada, patamar este definido em decreto. A aprovação de projeto do uso de energia renovável pelos órgãos referidos na lei (Semas, Sefaz, SRHE e Condic) ocorre no prazo de 60 dias após a sua protocolização e a regularidade fiscal perante a Secretaria da Fazenda Estadual. O benefício fiscal é concedido por um prazo máximo de dez anos. (BURIL; MORAIS, 2017).

O mercado apresenta consumidores cada vez mais exigentes e isso tem feito com que haja uma pressão crescente por inovação, porém uma melhora na qualidade ambiental pode trazer consigo um aumento nos custos iniciais ao processo de implantação. Devido a estes altos custos torna-se necessário apoio por parte dos órgãos públicos para que estas políticas alcancem êxito e assegurem que as empresas fiquem competitivas a nível global (RODRIGUES et al., 2008).

A última questão abordava qual o maior desafio que a gestão local enfrenta ou enfrentará para a busca de um meio ambiente equilibrado. A maioria dos entrevistados apresentaram que existe a necessidade de se buscar uma maior qualidade de vida para a sociedade e que o crescimento econômico da cidade venha acompanhado da preservação do meio ambiente salgueirense. Pinheiro e Costa (2012) apontam, por exemplo, que ao analisar o contexto histórico constata-se que há a necessidade do homem em harmonizar o desenvolvimento econômico-industrial com a preservação e proteção do meio ambiente de forma que se possa conceder a toda coletividade uma melhor qualidade de vida e o mínimo para uma existência digna, por meio da sustentabilidade.

Alguns secretários citaram também a convivência com o semiárido como primordial para o alcance de uma atuação sustentável. Conforme Silva (2003), o semiárido brasileiro apresenta uma realidade complexa, tanto no que diz respeito aos aspectos geofísicos, quanto à ocupação humana e à exploração de seus recursos naturais. O desconhecimento da complexidade do semiárido fez com que durante muitos anos fosse introduzido na região

práticas agropecuárias inadequadas, provocando ou agravando desequilíbrios ambientais. A convivência com semiárido passa por uma visão holística acerca do ecossistema e dos conhecimentos que visem melhorar em suma a qualidade de vida das populações locais.

Considerações Finais

Depreende-se do trabalho a existência de uma série de fatores que estão cada vez mais determinando o sucesso ou insucesso das organizações, sejam elas públicas ou privadas. Neste viés surge o que chamamos de Sustentabilidade. Seu conceito está ligado à ideia de que é possível que países, cidades e instituições alcancem seus objetivos de atender as necessidades atuais sem comprometer a possibilidade das gerações futuras fazerem o mesmo. Neste contexto, instituições públicas como, por exemplo, as prefeituras precisam rever seus formatos de gestão, incorporando à Sustentabilidade em suas práticas. A Sustentabilidade traz à tona a necessidade de se trabalhar três vertentes de forma harmônica: a coesão social, o desenvolvimento econômico e o respeito ao meio ambiente.

Atualmente é perceptível que o maior desafio para a Administração Pública está ligado ao desenvolvimento de modelos de gestão que se alinhem com a promoção da preservação do meio ambiente de forma transparente e democrática. Além disso, é necessário que a gestão pública esteja baseada em articulações políticas em benefício da sociedade e que combinem esforços para um crescimento econômico equilibrado.

É necessário que as gestões municipais, como no caso de Salgueiro-PE, gerem emprego; diminuição das taxas de degradação ambiental; investimento em educação e estimule economia criativa, uma vez que este foi um dos setores menos afetados pela crise econômica mundial, pois se baseia em preceitos diferentes dos demais, tais como: relações de trabalho mais igualitárias; políticas de consumo mais justas, sustentáveis e inclusivas; valorização da identidade local e inovação na concepção de produtos e serviços.

A indústria criativa basicamente estimula a geração de renda e promove diversidade cultural e desenvolvimento humano. O processo de criação é tão importante quanto o produto final. Empreendimentos deste porte precisam ser estimulados pela gestão local, pois podem representar um avanço para uma gestão mais responsável.

A Sustentabilidade tem representado para as empresas um conceito de excelência futura, pois a partir dela será possível absorver clientes cada vez mais exigentes. Na gestão da cidade de Salgueiro-PE, ou de qualquer outro ente da federação, como a União e os Estados, será necessário que se busque um crescimento alinhado à sustentabilidade, pois este determinará a sua continuação.

Referências

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 2ªEd. São Paulo. Saraiva, 2007.

BARRAL, W.; FERREIRA, G. A. Direito ambiental e desenvolvimento. In: BARRAL, W.; PIMENTEL, L. O. (Orgs.). **Direito ambiental e desenvolvimento**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Contêm as emendas constitucionais posteriores. Brasília, DF: Senado, 1988.

Sustentabilidade Na Administração Pública: Um Estudo com Secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE

BURIL, L. G. B. C.; MORAIS, M. I. C. A. L. **Incentivos fiscais para empresas sustentáveis com enfoque na lei Nº14.666/12 do Estado de Pernambuco (PE-SUSTENTÁVEL)**. 2017. Disponível em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/estudoslegislativos/arquivos/revista02/artigo-05.pdf>> Acesso em: 18 maio 2018.

CANDIDO, M. L. B.; DELPINO, R.; MANOLESCU, F. M. K. Economia criativa como ferramenta da sustentabilidade. In: XII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e VIII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2008, São José dos Campos, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São José dos Campos: UNIVAP, 2008. Disponível em:<http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2008/anais/arquivosEPG/EPG00769_01_O.pdf> Acesso em: 01 jun. 2018.

CHAVES, J. E; FABRIS, A. J. **Gestão Pública e a relação com a sustentabilidade ambiental: caso do município de Palmitos**. 2017. Disponível em: <<http://www.uniedu.sed.sc.gov.br/wp-content/uploads/2017/09/Juliana-+%C3%ABdina-Chaves.pdf>> Acesso em: 01 maio 2018.

CORREIA, M. **Salgueiro, a cidade que ficou no meio do caminho**. 2018. Disponível em: <<https://theintercept.com/2018/05/03/salgueiro-prejuizo-transnordestina-transposicao/?comments=1#comments>> Acesso em: 20 maio 2018.

COUTINHO, M. J. V. Administração pública voltada para o cidadão: quadro teórico-conceitual. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 3, p. 40-72, 2000.

CRUZ, M. B.; POTIENS, J. P. **Comunicação Dialógica no processo de Sustentabilidade**. 2012. Londrina. Disponível em: <<http://www.portal-rp.com.br/projetosacademicos/servicossemental02/0112.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2018.

ELKINGTON, J. **Canibais com garfo e faca**. São Paulo: Makron Books, 2001.

ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: Win-win-win business strategies for sustainable development. **California Management Review**, v.36, n.2, p.90-100, 1994.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GÓES, B. C. **Administração Pública sob o Princípio da Eficiência**. 2010. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2010/trabalhos_12010/beatrizgoes.pdf> Acesso em: 15 set. 2017.

GOES, G. A; MORALES, A. G. Gestão Pública e Sustentabilidade: Desafios, Ações e Possibilidades. **Revista Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 9, n. 4, p. 199-212, 2013.

HAYASHI, C; SILVA, L. H. A. Políticas Públicas de Gestão Ambiental e Sustentabilidade: Um estudo de caso do município de Ribeirão Preto, SP. **Revista Fórum Ambiental da Alta Paulista**, v. 11, n. 7, p. 65-79, 2015.

Sustentabilidade Na Administração Pública: Um Estudo com Secretários da Prefeitura Municipal de Salgueiro-PE

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

MAIA, A. G.; PIRES, P. S. Uma compreensão da sustentabilidade por meio dos níveis de complexidade das decisões organizacionais. **Revista Administração Mackenzie**, v. 12, n. 3, p.177-2016, 2011.

MUNCK, L.; SOUZA, R. B. Gestão por competências e sustentabilidade empresarial: em busca de um quadro de análise **Revista Gestão e Sociedade**, v. 3, n. 6, p. 254-287, 2010.

NASCIMENTO, D.T. **Gestão Pública Sustentável nos Municípios**. 2000. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/111196/CAD0504-M.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 maio. 2018.

NETTO, L. F. Gestão Municipal e desenvolvimento. **Revista de Administração Municipal**, v. 14, n. 213, p.11-29, out/dez 1994.

PINHEIRO, M. L. R.; COSTA, M. R. S. Meio ambiente equilibrado e transnacionalidade: um desafio à preservação das futuras gerações. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.7, n.3, 3º quadrimestre de 2012.

REIS, A. C. F. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável**: o caleidoscópio da cultura. Barueri: Manole, 2006

RODRIGUES, J.; KÖPP, N.; LIMA, I.; REIS, D.; OLIVEIRA, I. **Implantação do Sistema de Gestão Ambiental segundo a NBR ISO 14001**: uma pesquisa de campo em empresa do ramo metalúrgico. 2008. Disponível em: <http://www.4eetcg.uepg.br/oral/28_1.pdf> Acesso em: 03 jun. 2018.

ROGERS, D. **Sustentabilidade é grátis**: Uma abordagem para uma cadeia de fornecimento sustentável. 2010. Disponível em: <<http://www.ilos.com.br/web/sustentabilidade-e-gratisuma-abordagem-para-uma-cadeia-de-fornecimento-sustentavel/>>. Acesso em: 27 abr. 2018.

SANTOS, J. J. **Impactos da implantação da Ferrovia Transnordestina no Polo Gesseiro do Araripe**: cenário e perspectivas dos *stakeholders* regionais. 2015. 171f. Trabalho de Dissertação de Mestrado de Pós-graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, Recife, 2015.

SILVA, R. M. A. S. **Entre dois paradigmas**: combate à seca e convivência com o semi-árido. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v18n1-2/v18n1a16.pdf>> Acesso em: 25 maio. 2018.

TACHIZAWA, T. **Gestão Ambiental e Responsabilidade Social Corporativa**. São Paulo, Editora Altas, 2011.